

## Relatório mostra que União está quebrada

*Por Ribamar Oliveira*

Quem ainda tem dúvidas sobre a atual situação fiscal do governo federal deve ler o relatório contábil do Tesouro, divulgado no fim de dezembro, que analisa os ativos e passivos da União. Lá está dito que os ativos da União não são suficientes para cobrir as suas obrigações de curto e longo prazo - ainda faltariam R\$ 2,021 trilhões. Este foi o patrimônio líquido negativo registrado em 2016 (ativo menos passivo), que aumentou 41,9% em relação a 2015. O relatório sobre 2017 será divulgado em abril. Se fosse uma empresa, ela estaria quebrada.

O Tesouro diz, em seu relatório, que o registro de passivo a descoberto "é comum entre os países que estão implantando as normas internacionais de contabilidade no setor público, como é o caso do Brasil". Mas ressalta que "a extensão tolerável desse passivo a descoberto precisa ser entendida com base em uma análise pormenorizada dos ativos, dos passivos e dos fluxos financeiros do Estado".

O relatório do Tesouro mostra que boa parte do ativo da União não pode ser utilizada. As disponibilidades financeiras do Tesouro na conta única no Banco Central, por exemplo, são compostas, na quase totalidade, por receitas instituídas por leis para finalidades específicas, acumuladas por órgãos e fundos (ou seja, são

recursos vinculados ou carimbados).

*Patrimônio líquido negativo aumentou 41,9% em 2016*

Embora o estoque de créditos tributários e da dívida ativa tributária tenha atingido o montante de R\$ 3,4 trilhões em 2016, apenas R\$ 538 bilhões foram reconhecidos no ativo da União, ou seja, considerados recuperáveis (15,8% do total). Mesmo assim, somente uma parcela do total considerado "recuperável" ingressa efetivamente nos cofres do Tesouro anualmente. Os técnicos destacam a grande dificuldade de cobrança dessa dívida, seja porque as empresas deixaram de existir, seja porque elas optaram por algum tipo de Refis ou por outras razões.

Outro ativo da União são os empréstimos e financiamentos concedidos a Estados e municípios. O relatório observa que, neste caso, "o total amortizado ao longo dos últimos anos não tem sido suficiente para reduzir os saldos que a União tem a receber desses entes". O documento destaca também "o volume fortemente decrescente" de distribuição de dividendos, por parte das empresas estatais federais, nos últimos anos.

Na análise do passivo da União, o relatório dá ênfase ao forte aumento da dívida pública em poder

do mercado, que saltou 36% de 2014 a 2016 - resultado dos elevados déficits primários e nominais do governo federal, que ocorrem no Brasil deste o último ano do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Somente em 2016, a dívida mobiliária em mercado subiu R\$ 334 bilhões.

O relatório informa ainda que as sucessivas postergações do pagamento das obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) foram "decisivas para o alto nível de desequilíbrio existente entre os seus ativos e passivos (estimado, no fim de 2016, em R\$ 106 bilhões)".

O Tesouro expressa preocupação com o significativo aumento dos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) nos últimos anos (em 2016, o total atingiu R\$ 29,3 bilhões ante R\$ 18,2 bilhões em 2014). Há críticas ainda ao acúmulo de restos a pagar das despesas orçamentárias. Alguns dos passivos se referem a despesas autorizadas nos orçamentos de 2002 a 2010, que até agora não foram executadas e nem canceladas.

É importante observar que o governo incluiu no passivo da União apenas as provisões necessárias para cobrir o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis. Não foram incluídos as provisões para os





déficits atuariais do regime previdenciário dos militares e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Se isso for feito, o patrimônio líquido negativo iria mais do que dobrar.

Anualmente, o Tesouro é chamado a cobrir os eventuais "buracos" dos dois regimes. Assim, os déficits atuariais tornam-se uma obrigação da União. Por isso, deveriam ser incluídos no passivo.

Um grupo de trabalho - instituído pela secretaria executiva do Ministério da Fazenda, pela secretaria executiva da Casa Civil e pela secretaria executiva do Ministério da Defesa - já chegou a critérios mais aperfeiçoados de atribuição de valor às obrigações referentes aos benefícios das pensões dos militares, bem como do seu registro contábil. A orientação é registrar a provisão relacionada aos benefícios aos militares (pensões e inativos) no Balanço Patrimonial da União de 2017.

O Ministério da Fazenda

informou ao Valor que não realizou a consolidação do passivo atuarial relacionado ao RGPS por entender que "é necessário o avanço da discussão sobre esta temática para o aperfeiçoamento do modelo contábil nacional". Além disso, ressalta a Fazenda, "a maioria dos países ainda não registra essas obrigações em seus balanços". O fato é que a estimativa sobre o déficit atuarial do RGPS está disponível como um anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em todos os anos.

O mais grave, no entanto, é que mesmo excluindo as provisões para o RPPS, o patrimônio líquido da União ainda teria sido negativo em R\$ 656 bilhões em 2016, o que mostra a gravidade da situação fiscal vivida pelo governo federal. Uma fonte credenciada da área econômica disse que os dados demonstram, com clareza, que as finanças da União estão "estruturalmente desequilibradas", o que torna ainda mais urgente as reformas que reduzam o crescimento do gasto público obrigatório,

começando pela reforma dos regimes previdenciários.

O resultado desse "desequilíbrio estrutural" é o aumento da dívida consolidada líquida (DCL) da União na comparação com a receita corrente líquida (RCL), que é um dos indicadores mais importantes para avaliar a solvência de um ente estatal. No caso da União, o relatório diz que a evolução do indicador nos últimos anos "mostra uma tendência preocupante".

A estimativa do Tesouro é que a DCL atingiu 4,01 vezes a RCL no fim de 2017. Até 2013, a DCL acompanhava um valor próximo do dobro da RCL. Em 2001, o governo chegou a propor que o Senado fixasse um limite para a DCL em 3,5 vezes a RCL. O teto nunca foi aprovado. Se estivesse em vigor, a União teria estourado o limite.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

## Veto a verba extra para Fundeb mostra falta de prioridade, dizem educadores

Por Ligia Guimarães e Fábio Pupo | De São Paulo e Brasília



Daniel Cara: "Na primeira mudança positiva no teto de gastos, o presidente veta".

O veto ao recurso extra de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo de Manutenção do Ensino Básico (Fundeb), determinado pelo presidente Michel Temer ao sancionar o Orçamento de 2018, mostra que a educação não é uma das prioridades do governo, segundo movimentos que defendem a qualidade do ensino.

"O ano começa com um infeliz reforço de que a educação básica não é considerada pilar estratégico para o desenvolvimento do país", diz em nota o movimento Todos pela Educação. Segundo a entidade, o recurso extra seria importante para dar mais recursos a Estados mais pobres. O veto "simboliza ausência de visão sobre o papel da educação para o desenvolvimento do país", que em 2016 tinha quase 12 milhões de analfabetos.

O governo publicou a sanção do Orçamento com o valor originalmente proposto pelo Executivo. O montante destinado à complementação ao Fundeb ficou em R\$ 14,05 bilhões. O Congresso havia aprovado R\$ 15,55 bilhões.

Daniel Cara, educador e coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que o veto é simbólico, já que trata-se da primeira mudança efetiva do teto de gastos sobre o Orçamento. E da "sobra" de R\$ 5 bilhões, nada foi repassado à educação. "O que o governo está mostrando é que não vai respeitar a discricionariedade do Congresso na determinação do Orçamento a partir da política de corte dos gastos", diz. "Na primeira mudança positiva na vigência do teto de gastos, feita na tentativa de trazer recursos para o Fundeb, o presidente vai lá e veta."

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica, e responde por cerca de 63% de todo o investimento na área. A Frente Nacional dos Prefeitos, no entanto, alega que a grande maioria dos recursos vai para a folha de pagamento dos professores.

Criado em 2007 e válido até 2020, o fundo é formado a partir de uma cesta de impostos e transferências municipais e estaduais vinculada à educação (como IPI, IPVA e ICMS). Quando a economia

vai mal, os recursos ficam escassos. Pela lei, cabe aos municípios a oferta de creches, pré-escolas e ensino fundamental. Os Estados são responsáveis pelo ensino médio, além de apoiar os municípios na oferta de ensino fundamental.

Pela regra do Fundeb, a União transfere recursos para os Estados que não conseguem atingir o valor mínimo nacional com o equivalente a 9% da previsão de arrecadação no Fundeb entre todos os Estados e municípios.

"O Fundeb é um sistema de fundos. Quem faz a previsão de arrecadação a cada ano para ele é o Tesouro Nacional, então é um cálculo bem trabalhado, um sistema muito azeitado. A cada R\$ 1 arrecadado pelos Estados e municípios, a União coloca R\$ 0,10", explica Cara.

A decisão do Congresso de liberar o aporte extra só foi possível porque a Emenda Constitucional 95, que criou o teto de gastos, deixou de fora os recursos do fundo. Ou seja, ele pode ser ampliado sem afetar o limite de despesas primárias e a meta do governo federal.

O Ministério do Planejamento informou ontem que destinar uma verba maior ao Fundeb poderia comprometer o equilíbrio das contas públicas do país. "Destaca-se a grave situação fiscal para o ano em curso





e o impacto de qualquer elevação de gasto sobre as contas públicas", afirmou o Planejamento em nota. Já o Planalto, ao justificar o veto, afirmou que o fundo já havia sido contemplado com aumento de cerca de R\$ 14 bilhões na comparação com 2017.

Segundo Cara, esse crescimento segue a regra constitucional do Fundeb. "Não tem nenhum tipo de ação discricionária no aumento da complementação", diz. Outra crítica do Todos pela Educação é que, embora o governo tenha recusado liberar R\$ 1,5 bilhão à educação, destinou verbas para outros fins: R\$ 1,7 bilhão para a construção de corvetas [tipo de navio de guerra] pela empresa estatal ligada à Marinha e R\$ 200 milhões para a implementação do voto impresso.

## Arrecadação da União pode ter "ajuda" da massa salarial em 2018

Por Estevão Taiar | De São Paulo



Gabriel Leal de Barros, da IFI: evolução sustentável da arrecadação depende de uma melhora do mercado de trabalho.

A massa salarial, que já mostrou reação e ajudou a arrecadação do governo federal em 2017, pode ter novamente comportamento favorável aos cofres públicos neste ano. Mas agora, ao contrário do ano passado, a ajuda dos salários para a arrecadação dependerá mais da melhora do mercado de trabalho do que da queda da inflação. A análise é de Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado que acompanha as contas públicas.

"Isso não quer dizer que a arrecadação não possa surpreender positivamente no curto prazo, mas, para que haja uma evolução sustentável, estrutural, do que é recolhido pelos cofres públicos, precisamos de uma melhora do mercado de trabalho", diz.

Com base em dados do Tesouro

Nacional, ele separou os tributos federais em sete grupos distintos de receita, responsáveis por aproximadamente 85% da arrecadação do governo federal. Os outros 15% vêm de receitas menos ligadas à atividade econômica, como aquelas dependentes de concessões e pagamentos de royalties e dividendos. Cada um desses sete grupos tem um vetor econômico que melhor explica o comportamento da arrecadação dentro dele. Dois desses grupos, cuja soma responde por quase 40% da receita federal, têm como principal vetor econômico justamente a massa salarial.

Entre janeiro e outubro de 2016 e o mesmo período de 2017, a receita bruta federal caiu 1,5% em termos reais, de R\$ 1,135 bilhão para R\$ 1,118 bilhão. Enquanto isso, os dois grupos que têm a massa salarial como vetor foram na direção oposta: os tributos sobre renda do trabalho e folha de pagamento e cresceram, respectivamente, 7,7% e 0,7%. Na comparação entre os meses de outubro, o crescimento foi ainda maior, de 15,7% e 4%, respectivamente.

Alguns dos dados disponíveis no Tesouro Nacional apresentam alto grau de distorção, "em função de receitas atípicas", segundo Leal de Barros. Um exemplo é a tributação sobre a renda do capital, que caiu 11% no acumulado de 2017, devido à primeira rodada de repatriação de

recursos mantidos no exterior, que foi realizada em 2016 e arrecadou R\$ 50,9 bilhões.

"O que estamos vendo é uma retomada lenta e gradual da economia, mas desde agosto, setembro, já conseguimos identificar os efeitos dela sobre a arrecadação do governo", diz o economista. No acumulado do ano, segundo ele, o crescimento da massa salarial "impediu uma queda maior dessa arrecadação".

A massa salarial é diretamente proporcional à população ocupada e à renda média. A queda da taxa de desemprego do ano passado aconteceu principalmente por meio de vagas informais, o que não gerou grande impacto nos cofres públicos. Por outro lado, a queda abrupta da inflação, desde o começo de 2016 até meados do ano passado, abriu espaço para que fossem concedidos reajustes reais mais altos de salários, o que puxou também para cima a massa salarial.

Em 2018, porém, a tendência é que os papéis se invertam. No acumulado de 12 meses, em novembro do ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estava em 2,8%. Neste ano, a inflação deve subir e atrapalhar o crescimento da massa - a estimativa mediana do boletim Focus, do Banco Central, para o indicador em 2018 é de 3,96%. Por outro lado, a







expectativa dos analistas é de recuperação mais intensa do mercado formal de trabalho. Para Leal de Barros, o crescimento da massa salarial "vai depender do fôlego da recuperação econômica e do mercado de trabalho". "Um movimento tende a compensar o outro", diz.

Ele destaca também o crescimento de 9,7% da renda ligada à produção entre os acumulados de janeiro a outubro de 2016 e 2017. Apesar da pequena participação do grupo (2,4%) na arrecadação total do governo, ele vem apresentando bom desempenho em função da retomada da indústria automobilística, entre outros fatores.

"Os movimentos de arrecadação que a gente vinha observando em 2017 ganharão força a partir de agora", diz Fabio Klein, economista da Tendências. A consultoria calcula um crescimento real de 3,9% das receitas do governo federal neste ano.

Entre novembro de 2017 e o mesmo mês de 2016, a receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cresceu 14,6%

em termos reais, nos cálculos de Klein. O PIS/Cofins também vem crescendo acima dos 10% nesse mesmo tipo de comparação.

Somada à melhora já iniciada da arrecadação, deve vir a retomada dos serviços. A tendência é que a volta do crescimento do setor, dono de quase 2/3 de participação dentro da economia, eleve a receita de tributos como o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e aqueles ligados à Previdência Social.

Todos esses fatores devem ajudar o governo federal a cumprir a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões deste ano, segundo os analistas. "Se o teto de gastos for cumprido, eu diria que a meta está garantida", avalia Klein. "Além de o cenário deste ano já ser mais favorável para as receitas, o cumprimento do teto significará que as despesas ficaram sob controle."

Leal de Barros faz alerta semelhante, chamando a atenção para o ritmo de crescimento das despesas do governo federal. "A chance de não cumprirmos a meta me parece pequena. O maior risco é mesmo o teto dos gastos", afirma.

## Ajuda dos salários na arrecadação

Grupos de receita

Grupo	Vetor econômico	% da arrecadação federal	Arrecadação jan-out 2017 (em R\$ bi)	Varição (% em relação a 2016)
Renda do trabalho	Massa salarial	9,5	105,7	7,7
Renda do capital	PIB trimestral	15	1674	-11
Faturamento	Pesquisa Mensal do Comércio	20	2239	-0,6
Folha de pagamento	Massa salarial	29,1	325,3	0,9
Produção	Produção Industrial (PIM-PF)	2,4	26,8	9,7
Demais grupos	-	9,5	118,0	0
Outras receitas*	-	13,6	151,5	-4,8
<b>Total</b>	-	<b>100</b>	<b>1.118,1</b>	<b>-1,5</b>

Fonte: Tesouro Nacional; Elaboração: IFI; \*Concessões, dividendos, etc

## Maia e equipe econômica discutem hoje agenda de projetos para o ano

Por Raphael Di Cunto e Marina Falcão | De Brasília e do Recife

O presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), recebe hoje a equipe econômica do governo Temer para discutir a pauta do Legislativo para 2018, como a reforma da Previdência, prevista para ser votada na terceira semana de fevereiro, e as medidas do ajuste fiscal para fechar as contas este ano, como o aumento da alíquota dos servidores públicos que recebem acima do teto do INSS (R\$ 5,5 mil) e mudanças na desoneração da folha de pagamento das empresas.

Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, discutirão com o presidente da Câmara as prioridades do ano, que será mais curto por causa das eleições. "Vamos tentar construir uma agenda da parte fiscal onde a gente possa começar pela previdência e depois caminhar para outras agendas para que a gente organize as contas públicas brasileiras", afirmou Maia.

Embora tenha registrado em 2017 um déficit fiscal menor do que os R\$ 159 bilhões autorizados pelo Congresso, o governo já tem problemas para equilibrar as contas públicas deste ano. Parte das medidas previstas para manter os

gastos sob controle já caíram, como o adiamento do reajuste do funcionalismo, derrubado por liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a tributação de fundos exclusivos, que, por não ter sido aprovada no ano passado, só terá validade para 2019 (isso se a MP for aprovada pelo Congresso).

Outra proposta, a privatização da Eletrobras, tem enfrentado resistência do próprio Maia porque o governo deu início ao processo de venda com a publicação de uma medida provisória (MP), que tem efeito imediato. Ontem, Maia afirmou que isso é um desrespeito à sociedade e que não pautará. "O governo que encaminhe por projeto de lei. A MP é um instrumento autoritário", disse. O governo incluiu R\$ 12 bilhões no Orçamento com a operação.

Maia afirmou que também discutirá a impossibilidade de o Executivo cumprir, em 2019, a chamada regra de ouro, que proíbe o governo de emitir dívida em valor superior a despesas de capital do exercício. "Em 2018 já vai ser difícil [cumprir]", disse. Burlar essa regra pode implicar o futuro presidente em crime de responsabilidade. Ontem, Maia fez uma primeira reunião do ano com o presidente Michel Temer para traçar estratégias para a reforma da Previdência.

## Governo conta com adiamento de reajuste

Servidores ainda não receberam salário no novo valor, e liminar poderia ser derrubada

MARTHABECK

BRASÍLIA- Um dia depois de a colunista do GLOBO Míriam Leitão antecipar que o déficit fiscal de 2017 deve ficar R\$ 30 bilhões abaixo da meta prevista, de R\$ 159 bilhões, integrantes da equipe econômica se mostraram otimistas quanto à possibilidade de derrubar a liminar que adiou o reajuste dos servidores públicos de 2018 para 2019. A medida contribuiria para o equilíbrio das contas públicas neste ano. Embora o aumento esteja atualmente suspenso por uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, a área jurídica do governo alega que ainda é possível reverter o quadro.

A folha paga em janeiro de 2018 se refere ao mês de dezembro de 2017. Os vencimentos de janeiro, com os reajustes programados, só

serão creditados em fevereiro, o que daria tempo, na avaliação de integrantes do governo, para que a Advocacia-Geral da União (AGU) tente derrubar a decisão de Lewandowski. O adiamento do reajuste do funcionalismo para 2019 representaria uma economia de R\$ 4,4 bilhões para os cofres públicos. E, enquanto esse assunto não é resolvido definitivamente, será preciso apertar os cintos para assegurar o cumprimento do teto de gastos.

Além disso, os técnicos do governo avaliam que, como o adiamento foi suspenso por uma liminar, não se aplicaria o princípio constitucional da irredutibilidade salarial. Isso significa que, mesmo que os reajustes comecem a ser pagos, o governo poderia suspender esses desembolsos caso consiga derrubar a liminar. Nesse caso, o valor extra recebido pelos funcionários públicos teria de ser devolvido.

### CONTINGENCIAMENTO DE R\$ 20 BI

Mesmo com a expectativa de derrubar a liminar, o governo se prepara para fazer um corte de despesas no Orçamento de 2018 já no primeiro relatório bimestral de avaliação fiscal. Segundo os técnicos, uma avaliação preliminar é que há necessidade de contingenciar quase R\$ 20 bilhões no Orçamento no início do ano, conforme antecipou Míriam Leitão. O valor incluiria não apenas o adiamento do reajuste dos servidores, mas outras medidas fiscais que o governo não conseguiu aprovar no Congresso, como o aumento do IR para fundos exclusivos. Por outro lado, outras medidas podem compensar o corte. O salário mínimo, por exemplo, terá reajuste menor que o previsto originalmente, o que dará uma economia extra de R\$ 3,4 bilhões.



## As contas difíceis de 2018

Vencido o desafio fiscal de 2017, o governo tem motivos muito especiais para torcer por um crescimento econômico de pelo menos 3% em 2018 – uma hipótese apontada como altamente provável pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Não se trata apenas de torcer pelo aumento da produção, do consumo, do emprego e do bem-estar, aspirações de qualquer cidadão normal. Para o presidente e sua equipe, maior prosperidade significará também mais tributos e menor sufoco na administração das contas federais. Por enquanto, o Orçamento de R\$ 3,57 trilhões sancionado ontem pelo presidente Michel Temer é uma coleção de desafios, anteriormente consideráveis e agravados, no fim de ano, por problemas no Judiciário e no Legislativo. O governo divulgará em algumas semanas seu balanço financeiro de 2017, com resultado provavelmente bem melhor – ou, mais precisamente, menos desastroso – que o déficit primário de R\$ 159 bilhões fixado legalmente como limite.

Para isso contribuíram tanto receitas extraordinárias como o aumento de arrecadação proporcionado, nos meses finais do ano, pela reativação ainda lenta da economia. A programação financeira para 2018 estabelece o mesmo limite para o déficit primário, isto é, para o saldo negativo calculado sem a despesa líquida de juros. A missão pode parecer mais fácil, num ambiente de maior atividade. Um dos pressupostos da lei orçamentária é uma expansão de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas a receita, neste momento, está superestimada. A arrecadação prevista no Orçamento inclui recursos dependentes de medidas ainda sem aprovação. A lista inclui, entre outros itens, o adiamento do reajuste do funcionalismo e a nova tributação dos fundos exclusivos. O adiamento foi suspenso por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski. O imposto sobre os fundos continua emperrado no Congresso. O atraso na mudança tributária impõe uma perda incontornável, neste ano, por causa da regra da anualidade.

A base parlamentar do governo obviamente se julgou desobrigada de aprovar o projeto respeitando o prazo necessário. Sem poder contar com uma parte da receita prevista, o Executivo terá de programar um corte adicional de gastos. A redução foi há algumas semanas estimada em R\$ 21,4 bilhões pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. Contingenciamento de despesas no começo do ano fiscal é parte da rotina administrativa. É medida de segurança, passível de reversão, nos meses seguintes, se a arrecadação evoluir favoravelmente. Mas a redução anunciada pela secretária do Tesouro será provavelmente mais que uma decisão rotineira, por causa da perda irreversível de uma parcela da receita. No mercado, a expectativa de crescimento do PIB já supera os 2,5% estimados na lei orçamentária. A mediana das projeções do mercado, segundo pesquisa do Banco Central, chegou a 2,70% no fim de dezembro. No Ministério da Fazenda já se tem falado numa provável expansão de 3%.

Se a economia de fato crescer em ritmo superior ao previsto no Orçamento, será menos difícil chegar ao fim do ano sem romper o limite fixado em lei. Por enquanto, prevê-se uma execução orçamentária muito difícil. Isso aparece na mensagem de veto à complementação de R\$ 1,5 bilhão ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). No texto assinado pelo presidente há dois argumentos. O primeiro se refere à verba já destinada ao Fundo, de R\$ 14 bilhões. Em seguida, a mensagem menciona “a grave situação fiscal” prevista para 2018 e medidas de contenção. “Diversos órgãos da administração”, segundo o texto, “estão sendo contemplados com recursos mínimos para seu funcionamento e manutenção.” O presidente deveria ter mandado cópia aos ministros “políticos”. Segundo alguns deles, o gasto poderia ter sido maior, no fim de ano, quando se percebeu a relativa folga em relação à meta. Não parecem ter notado um fato evidente: apesar da folga, o déficit foi enorme. Se ministros desprezam esse fato, como reclamar da chamada base governista?